

A ESSÊNCIA E A EXISTÊNCIA PARA SÃO TOMÁS DE AQUINO

Hetiane de Castro GONÇALVES¹

Prof. MSc. Dinamene Gomes Godinho SANTOS

RESUMO

Esse trabalho tem o objetivo de discorrer sobre como São Tomás de Aquino procura, de maneira racional, provar a existência de um ser sem uma natureza material, mas com grande poder de influência sobre os seres humanos. Tendo como palco a Idade Média, época da história do mundo conhecida como Idade das Trevas por ser um período extremamente conturbado com guerras, doenças, como a peste negra que dizimou uma grande parte da população da Europa, passando também pelo nascimento de uma poderosa instituição, a Igreja Católica, São Tomás de Aquino tenta provar a existência de Deus, através de cinco argumentos apoiados nos pensamentos antigos pagãos, baseados em Aristóteles. De uma forma racional, sem contradizer os dogmas da Igreja Católica, São Tomás de Aquino defende a existência de Deus, como sendo o grande motor que impulsiona toda a humanidade unindo fé e razão.

PALAVRAS – CHAVE

Fé; Ciência; São Tomás de Aquino.

1. Introdução

A partir das aflições cotidianas os indivíduos tendem a acreditar na existência de um ser divino, superior sobre todas as pessoas.

Mas como provar sua existência sem um corpo material?

São Tomás de Aquino tenta provar a existência de Deus através da razão. Partindo do ponto da distinção Aristotélica entre essência e existência do ser.

Essa pesquisa será realizada tendo como base o contexto histórico medieval, suas guerras e transformações ocorridas no milênio e o empoderamento da Igreja Católica. Busca-se analisar o nascimento de uma explicação lógica sobre a existência de Deus, partindo dos pressupostos de São Tomás de Aquino, que se fundamentava, a cada nova provação diante da belicosidade vivida na época e o enfraquecimento da fé do povo diante as adversidades, nas ideias pagãs de Aristóteles para explicar a essência e a existência de Deus como algo completo e necessário fundamentando todas as estruturas criadas pelos seres humanos.

¹Aluna do Curso de Pós-Graduação em Estudos Filosóficos das Faculdades Integradas Regionais de Avaré – FIRA.

2. A Baixa Idade Média

Nenhum período da História foi vítima de tantos preconceitos – como a Idade Média. A própria denominação empregada para identificar os dez séculos que separam a queda do Império Romano do Ocidente (476) da Conquista de Constantinopla pelos turcos otomanos (1453), parece atribuir a esse período duas únicas características próprias: a mediocridade e a meditação. (INÁCIO; DE LUCA, 1994, p. 07)

A partir do século XI a Europa passou por uma série de transformações que culminaram na crise do sistema feudal.

Se até meados do século IX predominou o sistema econômico feudal com uma estrutura rígida e isolada, na Baixa Idade Média a Europa passa por transformações, como novas técnicas agrícolas, crescimento demográfico, desenvolvimento do comércio entre os feudos e a necessidade do uso de moedas, que levaram a um aumento das disputas entre os nobres, tanto pelo crescimento demográfico quanto pelas novas possibilidades agrícolas.

Nesse momento surge o movimento denominado “Cruzadas”.

Convocados pelo Papa Urbano II, em 1095, o objetivo oficial era de libertar Jerusalém (Terra Santa) do domínio muçumano. Além disso, outros fatores também contribuíram para a organização das Cruzadas como: a necessidade de diminuir a miséria em virtude do grande crescimento populacional, o interesse econômico em algumas regiões do Oriente e como forma de canalizar o espírito guerreiro dos nobres para o Oriente e o ideal de peregrinação cristã em tomar uma cidade Santa importante para o Cristianismo das mãos dos infiéis.

Urbano buscava, portanto, matar dois coelhos com uma só cajadada: livrar a Europa da turbulência de seus guerreiros e socorrer os cristãos do Oriente. No seu apelo mesclam-se atrativos materiais – referências às discórdias por um pedaço de terra no Ocidente e às possibilidades de riqueza oferecidas pelo Oriente – e religiosos – a libertação do Santo Sepulcro e referências ao cumprimento das promessas escatológicas. (MELLO, 1989, p. 21)

O movimento Cruzadista levou a Europa ao renascimento urbano. Esse desenvolvimento das cidades medievais e uma nova classe social “a burguesia”.

A burguesia inicia uma luta pela emancipação das cidades dos domínios dos senhores feudais.

O rei, percebendo o grande poder econômico que a burguesia alcançou, resolveu fazer uma aliança com a mesma.

A burguesia tinha interesses econômicos, e o rei buscava a centralização do poder político. A burguesia, então passou a financiar os exércitos do rei, na luta pela centralização do poder, implicando na unificação econômica, ficando assim o monopólio da atividade comercial a cargo da burguesia. (FRANCO JR. 2001)

O final da Idade Média é marcado por vários episódios, como uma crise social econômica e política: Guerra dos Cem Anos, a Peste Negra e a fome são responsáveis pelas revoltas camponesas e conseqüente fortalecimento do poder real.

No decurso da segunda metade do século XV, o Estado monárquico desembaraça-se do mundo senhorial, ultrapassando os três obstáculos que entravavam sua marcha: ruptura das hierarquias tradicionais, compartimentação da cristandade, necessidade de enfrentar novas e múltiplas tarefas com meios limitados. No quadro das nações que se afrontam, dilata ele sua unidade. Chamado a concentrar em suas mãos o exercício da administração e o uso da força, agrupa ou cria os instrumentos da autoridade. Encontra, enfim, no enfraquecimento político e econômico dos antigos quadros sociais, bem como no concurso das burguesias e das novas nobrezas, os meios de reduzir à obediência os membros do corpo social e de transformá-los em seus súditos [...]. (PERROY, 1994, p.154)

2.1. A Igreja Medieval

Com a expansão do cristianismo por toda a Europa Medieval, a Igreja Católica alcança o lugar de principal instituição a propagar a fé cristã.

Nesse período diversas interpretações da doutrina cristã, além do paganismo se faziam presentes na Europa.

Através do Concílio de Nicéia, em 325, foram decididas todas as bases religiosas e ideológicas da Igreja Católica Apostólica Romana, centralizando seus princípios e formalizando uma estrutura hierárquica, obtendo assim condições suficientes para expandir suas ideias durante a Idade Média.

Sendo uma sociedade marcada pelo pensamento religioso, a Igreja esteve presente em todos os aspectos da vida dos membros de todas as camadas sociais do período medieval.

Além de ser dominante no campo ideológico, a Igreja Católica também alcançou grande poder material, possuindo enormes extensões territoriais e exercendo grande influência no poder político.

Porém, alguns religiosos não viam com bons olhos essa influência político-econômica da Igreja. Vislumbravam uma ameaça aos princípios religiosos e começaram a aderir às ordens religiosas que se abstinham de qualquer tipo de regalia ou conforto material. Essa divisão veio a dividir o clero em duas vertentes: o clero secular, que administrava os bens da Igreja, e o clero regular voltado às práticas espirituais. A Igreja também obteve grande poder sob o mundo

letrado. Exceto os membros da Igreja, raríssimas pessoas sabiam ler, por esse motivo muitos mosteiros preservavam bibliotecas inteiras e nelas se encontravam grandes obras do mundo clássico e oriental preservados. Santo Agostinho e São Tomás de Aquino foram dois membros da Igreja que produziam tratados filosóficos que dialogavam com os pensadores gregos da Antiguidade.

2.2. Filosofia x Religião

Com o desenvolvimento do Cristianismo ocorreu também a edificação da Igreja Católica tornando-se a maior representante da fé, em uma época de grande penetração da filosofia grega. A doutrina cristã começou a ser construída nesse período, com o propósito de explicar e justificar a fé, sem contrariar as verdades reveladas por Deus nas escrituras sagradas.

Desde muito cedo, uma dupla atitude desenhou-se entre os padres da Igreja: uns rejeitavam em bloco a herança dos filósofos pagãos; outros esforçaram-se para salvar dela tudo o que poderia ser preservado sem dano para a autoridade da revelação. Esta última postura foi gradativamente fortalecendo-se à medida que os cristãos viam-se obrigados a tomar posição em face da sabedoria pagã, fosse para combatê-la, absorvê-la ou utilizá-la na formulação do dogma e na defesa da fé. Colocava-se assim o grande problema das relações entre fé e razão que iria permear todo o período medieval. (INÁCIO; DE LUCA, 1994, p. 18)

As principais concepções gregas usadas nessa época vieram das escolas helenísticas e greco-romanas, influenciando o estoicismo e o neoplatonismo.

Muitos religiosos achavam que a filosofia grega era uma forma de pensamento pagão, mas haviam aqueles que defendiam o seu conhecimento e a utilizavam como instrumento a serviço do Cristianismo. “Recolhamos as excelentes palavras que pronunciaram (...) poderíamos receber dos gregos muitas coisas que nos dão forças contra os gregos”. (São João Damasceno, século VIII).

A Filosofia, conciliada com a fé cristã, permitiu que a Igreja enfrentasse os descrentes e os hereges, fazendo o uso de argumentações lógicas, tentando convencê-los através da razão, fazendo-os aceitar os dogmas do catolicismo somente acessíveis pela fé.

Nesse momento nasceu a filosofia-teológica que foi dividida em quatro momentos:

I – A dos padres-apostólicos (século I e II) início do Cristianismo quando os apóstolos e discípulos pregavam a palavra de Deus com destaque para Paulo de Tarso.

II – A dos padres apologistas (século III e IV) defesa do Cristianismo contra a filosofia pagã, destacou-se Justino e Tertuliano.

III – A Patrística (IV e VIII) conciliação entre razão e fé destaque para Santo Agostinho.

IV – A Escolástica (IX e XVI) sistematização da filosofia cristã destaque para São Tomás de Aquino.

2.3. A Patrística

Com o crescimento do Cristianismo, tornou-se necessário aclarar seus mandamentos aos dirigentes romanos e aos fiéis em geral, a Igreja sabia que esses mandamentos não podiam ser impostos pela força. Tinham que ser apresentados de uma maneira convincente, para isso tinham que começar um trabalho de pregação e conquista espiritual.

Sendo assim os primeiros padres da Igreja dedicaram-se a escrever vários textos sobre a fé e a revelação cristã.

Esse conjunto de textos ficou conhecido como Patrística.

A patrística pode ser caracterizada como uma tentativa de apresentar o cristianismo como doutrina não oposta às verdades racionais do pensamento helênico. Partindo do pressuposto de que a sabedoria pagã era obra da razão e, enquanto tal, também uma obra de Deus, os Santos Padres utilizaram a filosofia a serviço da fé, tentando elaborar uma filosofia cristã. (INÁCIO; DE LUCA, 1994, p.19)

Uma das principais correntes da filosofia patrística, baseada na filosofia greco-romana, tentou aparelhar a fé de argumentos racionais. Seu principal representante foi Santo Agostinho.

Santo Agostinho viveu no fim do Império Romano e foi bispo na cidade de Hipona, no norte da África. Desenvolveu um pensamento que produziu grande impacto na Idade Média, sendo reconhecido como a primeira teologia cristã. Tinha como base o princípio da graça divina, isto é, sendo todos corrompidos pelo pecado, os seres humanos dependiam da vontade de Deus para obter o perdão e alcançar a salvação. Essa vontade divina não podia ser conhecida, restando ao cristão apenas ter fé na sua salvação.

Ao tornar-se cristão, o antigo retor não tencionava renunciar à herança cultural da qual até então se servira; impunha-se porém cristianizá-la, de acordo com a tradição patrística. A esta tarefa entregou-se Agostinho, invocando o *Livro do Êxodo* onde os hebreus, antes de deixarem o Egito, receberam de Deus a ordem de se apropriarem dos objetos de ouro e prata e os levarem consigo. Assim deveria, pois, fazer o pensador cristão: subtrair dos autores antigos, para integrar na sabedoria cristã, todas as verdades de que a filosofia pagã fosse possuidora. (INÁCIO; DE LUCA, 1994, p.22)

2.4. A Escolástica

No Império de Carlos Magno o papa Leão II, fundou escolas ligadas a Igreja, adotando nessas o modelo de educação romana, nessa época surgiu às primeiras universidades e desenvolveu-se uma produção filosófica-teológica denominada Escolástica a mesma não abandonou a filosofia platônica e nem o neoplatonismo.

Nascidas conjuntamente, a universidade e a escolástica estão ligadas uma à outra: a universidade é o corpo fechado constituído pelos mestres e a escolástica é o ensino magistral que a universidade tem por função proporcionar. Vivem uma para a outra: não há universidade sem escolástica, nem escolástica sem universidade. (ALESSIO, *apud* LE GOFF, 2002, p. 367)

O ensinamento escolástico não abandonou a filosofia platônica, mas no século XII, o aristotelismo entra de maneira profunda nos ensinamentos escolásticos, deve-se a isso a descoberta de inúmeras obras aristotélicas.

Nesse período, a busca da harmonização entre a fé e a razão surge como problema de grande especulação filosófica. Apresentando um toque da filosofia Medieval, sendo referência as dúvidas teológicas, a escolástica impulsiona consideráveis avanços no estudo da lógica.

Para Santos:

[...] a escolástica representa um período de máxima importância da filosofia (...). Mas o que a tornou imensamente válida, e de uma importância ímpar, foi à realização da mais extraordinária análise que se conheceu na história do pensamento humano. A análise, levada em extensão e intensidade, permitiu que surgissem novos veios para o filosofar, veios que ainda não foram explorados. (SANTOS, 1965, p.135)

A Escolástica contou com grandes nomes que a ajudaram a resolver essa questão. Mas, o que maior destaque obteve foi São Tomás de Aquino.

2.5. São Tomás de Aquino

Tomás de Aquino nasceu em Nápoles, no Sul da Itália, proclamado pela Igreja Católica como Doutor Angélico e Doutor por Excelência tornando-se um dos mais importantes pensadores do Ocidente Medieval.

Discípulo de Alberto Magno tornou-se professor de teologia em Paris fazendo o elo entre a cultura pagã (Aristóteles) e os ensinamentos da Igreja Católica, revivendo o pensamento aristotélico em busca de argumentos que explicassem os principais aspectos da fé cristã, fazendo assim da filosofia aristotélica um instrumento de solução para os problemas teológicos enfrentados naquele período ao mesmo tempo em que transformou a filosofia em uma síntese original. (SANTOS, 1965)

Retomando as ideias de Aristóteles sobre o ser e o saber, Tomás de Aquino enfatiza a importância da realidade sensorial, ressaltando uma série de princípios considerados básicos.

2.6. A Essência e a Existência

Como provar a existência de um ser que não tem natureza material?

A partir dessa pergunta Tomás de Aquino procura respostas lógicas que consigam responder essa pergunta sem ir contra os dogmas da Igreja Católica. Sendo que o próprio conceito de Deus se concentra em sua imaterialidade.

Sobre todas essas dúvidas São Tomás de Aquino, refletiu e escreveu cinco argumentos que explicam racionalmente a existência de Deus. São eles:

1º Argumento: “O Primeiro Motor Imóvel”

O que se move não pode ser motor e movido, existindo, portanto, uma força maior que é Deus, o Criador de todo o movimento.

2º Argumento: “A Causa Primeira”

Se toda a causa é o efeito de outra causa, assim como um filho é o efeito da união dos pais que o causou, fazendo o exercício de voltar progressivamente do efeito a causa para observar qual seria a causa primeira, ou seja, o ponto de início chegaria à explicação de Tomás sobre a existência de Deus como um ser que é efeito sem necessidade de uma causa, porque ele é a causa que dá início a existência de todas as outras causas.

3º Argumento: “O Ser Necessário”

Todos os seres seguem um ciclo: as coisas nascem e morrem sendo finitos “são e deixam de ser”, estando em constantes transformações, sendo absurdo afirmar que passamos a existir do nada, sem qualquer causa primeira. Portanto a própria existência humana e o convívio com os demais seres, em suposta harmonia, necessitam de um Ser que garanta essa harmonia e para garantir isso Deus é um ser que justifica a existência de todas as noções humanas.

4º Argumento: “O Ser Perfeitíssimo”

Todos os seres contingentes são capazes de perceber o grau de perfeição nas coisas e pessoas ao seu redor, observados nas coisas há graus de bondade, nobreza, etc., mas nenhum é a perfeição absoluta, nascendo assim uma necessidade de um ser perfeito que teria que ser Deus.

5º Argumento: “A Inteligência ordenadora”

Toda nossa existência progride para um fim, todo esse processo é por acaso, mas de um ser supremo que os dirige, havendo assim a necessidade de uma inteligência ordenadora que é Deus.

Santo Tomás afirma a primazia da existência sobre a essência; só em Deus ambas se confundem; sua essência é existir (“Eu sou aquele que sou”). Como “é preciso que qualquer coisa cujo ser é distinto de sua natureza deva seu ser a outro”, a relação do Universo com Deus é definida pela participação do ser. Desta forma, todas as coisas finitas devem tudo a Deus, que é o que elas têm; resultam, pois de uma criação (ação divina) que produz a totalidade do ser com sua ordem e sua variedade. (INÁCIO; DE LUCA, 1994, p.71)

Através desses cinco argumentos São Tomás de Aquino procura estabelecer uma lógica entre fé e razão.

Sobre o Ser e o Existir de Deus, Fé e Razão andam juntas.

A Igreja Católica diz que Deus é uma substância espiritual imutável e simples por sua natureza, sendo diferente de qualquer outra coisa criada por ser único e supremo, sendo que Deus está além da nossa capacidade intelectual. Somos criaturas de Deus, mas não podemos nos igualar a ele.

Porém, a fé, é um “dom” que nos foi dado por Deus que nos permite conhecê-lo, mesmo que seja de maneira imperfeita, já que o próprio conceito de Deus supera nossa minúscula capacidade de compreensão.

Há uma grande diferença entre saber quem é Deus e saber que ele existe, pois deduzimos que “Ele” existe a partir das coisas ao nosso redor através da nossa racionalidade em descobrir na criação vestígios que apontam para a sua origem, como sendo a “causa primeira”.

3. Considerações Finais

O presente trabalho pode nos levar a concluir, através do olhar e dos cinco argumentos de São Tomás de Aquino, que a partir de dores e sofrimentos diários, os homens em uma busca desesperada para sanar sua agonia recorrem a um ser supremo detentor de todo poder da criação e destruição do ser humano, se apegando a Deus e a Igreja católica mesmo não compreendendo os dogmas católicos e a imaterialidade de Deus.

4. Referências Bibliográficas

FRANCO JUNIOR, H. **A Idade Média: nascimento do Ocidente**. 2. ed. São Paulo: Brsiliense, 2001

INÁCIO, I. C; DE LUCA, T. R. **O Pensamento Medieval**. 3. ed.. São Paulo: Ática, 1994.
Série Princípios

LE GOFF, J. **Dicionário temático do Ocidente medieval**. São Paulo: Edusc, 2002.

MELLO, J. R. **As Cruzadas**. São Paulo: Ática, 1989.

PERROY, É. **História Geral da Civilizações**. V. 8. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

SANTOS, M. F. dos. **Filosofias da Afirmação e da Negação**. v. 2, São Paulo, 1965.
Coleção Logos